parfor: LIMITES E PERSPECTIVAS PARA O CURSO DE PEDAGOGIA NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA

FERREIRA JÚNIOR, Osvaldino de Jesus Ribeiro [[1]](#footnote-1)

PERRUDE Rodrigues da Silva, Marleide[[2]](#footnote-2)

**RESUMO**

O presente artigo socializa parte de uma pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em andamento que tem por objetivo analisar a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica (PARFOR), instituído através do Decreto 6.755/2009 e sua implementação na Universidade Estadual de Londrina. Propomos verificar se há divergências entre os documentos regulamentadores e o projeto do curso. Para a realização desta pesquisa adotou-se como procedimento metodológico a análise documental e a pesquisa bibliográfica, assim esperamos compreender de forma mais consistente o PARFOR, bem como contribuir significativamente para possíveis encaminhamentos aos problemas enfrentados pelos alunos no decorrer do curso, De antemão já podemos apontar como resultados parciais a desarticulação entre os entes federados responsáveis pelo programa e problemas estruturais e físicos na universidade .

**Palavras chave**: Políticas educacionais Parfor, Formação Docente, PARFOR.

**Introdução**

A década de 90 foi marcada por diversas transformações, que trouxeram consigo mudanças significativas no contexto social e econômico em nosso país, podemos destacar a abertura da economia ao mercado internacional e a Reforma do Estado brasileiro, sintetizadas na “descentralização das atividades “classicamente” desempenhadas pelo Estado, a concentração de mecanismos de controle, a privatização e a desregulamentação das relações sociais” (SOUZA, 2010, p.46). Estas mudanças também acarretaram alterações no contexto educacional, que á partir de então busca implementar novas políticas e diretrizes, visando elevar a qualidade do ensino e atender as demandas preconizadas por órgãos e entidades internacionais (UNESCO, Banco Mundial, FMI etc) que correlacionam os índices educacionais com o desenvolimento humano de cada país. Dadas estas circunstâncias o governo federal e também os estaduais buscaram elaborar planos para a consecução dos objetivos preconizados, desta forma os respectivos governos passaram a ver nos planos de formação docente e formação continuada um importante mecanismo de superação das lacunas existentes nos planos educacionais[[3]](#footnote-3).

No conjunto ressaltamos o Decreto 6755/2009 instituiu a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, com a finalidade de organizar, em regime de colaboração entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios, a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério para as redes públicas da educação básica. O Decreto apresenta o Programa Emergencial de formação de professores (PARFOR) que oferece cursos de Licenciatura, destinados a professores da Educação Básica Pública primeira e segunda licenciatura, além da formação pedagógica[[4]](#footnote-4). Buscou, ainda, o Decreto induzir e fomentar a oferta de educação superior gratuita para professores em exercício na rede pública de educação básica, para que estes possam obter a formação exigida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (9394/96).

No estudo buscamos compreender como esta política contribui para a formação docente e como o programa se configura na Universidade Estadual de Londrina, visto que ele traz em seu bojo concepções de extrema importância na prática docente “formação e plano de carreira”, fatores estes que efetivamente impulsionam os professores da rede pública a participar do programa.

# A Política de Formação de Professores no Brasil

O cenário atual da educação brasileira tem sido palco de inúmeros estudos e debates que trazem à tona questionamentos quanto a produtividade, a qualidade e a efetividade de uma educação que atenda satisfatoriamente aos anseios da sociedade. Os questionamentos que se fazem em relação a eficiência e concretização desta são permeados por diversos elementos, e um desses muitas vezes citados é o profissional da educação que torna-se responsável quase que diretamente pelos seus sucessos e fracassos. Contudo, discutir sobre a formação deste profissional, tal como sua capacitação torna-se de suma importância, haja visto as recentes políticas desenvolvidas pelo governo federal que instituiu programas de formação continuada que procuram contribuir com a formação destes profissionais. A relevância destes programas reflete a preocupação do Estado com a situação em que se encontra a educação atual no país, bem como, com a formação profissional proporcionada a estes agentes, pois, como responsáveis por elevar a qualidade de ensino no país, cabe a estes atingir as metas educacionais preconizadas pelo Banco Mundial para a próxima década.

Conforme Abdalla (2011) a preocupação com as questões relacionadas ao cenário da educação e a formação de professores no Brasil vem de longa data, mas é á partir da década de 70 que estas discussões passam a ganhar uma maior relevância dada as circunstâncias políticas e econômicas que trazem consigo a abertura política e uma consequente democratização da sociedade, neste contexto os educadores organizadamente se posicionam em prol de uma educação mais igualitária, justa e democrática, buscando romper com o tecnicismo posto pelo governo anterior. De acordo com Freitas (2002) a luta destes educadores promoveu importantes contribuições no campo educacional, pois, proporcionou um novo olhar sob a escola e o trabalho pedagógico, ao passo que coloca em “evidência as relações de determinação existentes entre educação e sociedade e a estreita vinculação entre a forma de organização da sociedade, os objetivos da educação e a forma como a escola se organiza” (FREITAS, 2002, p.138.)

Desta forma podemos destacar que a preocupação com a formação de professores é uma prática recorrente nas políticas públicas educacionais brasileira, pois, justifica-se pelos inúmeros programas e documentos[[5]](#footnote-5) que a legitimam.

**O PARFOR na Universidade Estadual de Londrina**

Na UEL, o PARFOR foi implantado no ano de 2009, inicialmente ofertando dois cursos: Artes Visuais, na modalidade de Segunda Licenciatura, e Pedagogia, como Primeira Licenciatura. A partir de 2010, outros cursos foram disponibilizados, totalizando 11 cursos (onze) com turmas ativas. Em 2013, foram seis novas turmas nas três frentes previstas no Programa: primeira e segunda licenciaturas e formação pedagógica. O PARFOR/UEL propõe políticas voltadas para três frentes, sendo o curso de Pedagogia como primeira licenciatura, segunda Licenciatura, destinado àqueles em exercício na Educação Básica, porém fora da sua área de formação específica; Artes Visuais, Ciências Biológicas, Ciências Sociais, Filosofia, Física, Geografia, Matemática, Música e Química e Formação Pedagógica aos Bacharéis em exercício na Educação Básica, porém sem a formação pedagógica que lhes garanta o efetivo exercício da docência na sua especificidade (SOUZA, CACIONE, 2011)

**Considerações parciais**

Concebendo o PARFOR como um programa de cunho político ao qual visa contribuir com a valorização do magistério ao mesmo tempo que busca atender as demandas educacionais preconizadas pela globalização, podemos inferir que o mesmo seja permeado por algumas perspectivas, sejam elas de âmbito nacional ou “local”. Compreendendo a educação como um elemento de suma importância para o desenvolvimento de um país em todas as suas esferas, este trabalho reforça a necessidade de compreensão dos mecanismos ao qual o programa se propõe bem como sua implementação na Universidade Estadual de Londrina, para posteriormente traçar os limites e perspectivas esperados na implementação do curso de Pedagogia.

Considerando os estudos realizados até o momento, podemos salientar que ao longo do percurso do referido programa consideramos que alguns pontos ocupam lugar de significativa relevância, pois, trazem consigo elementos importantes a serem discutidos, dentre os quais podemos destacar: as desarticulações entre as esferas que regem o programa, além do cansaço físico e intelectual decorrente da extensa jornada de trabalho exercida pelos alunos do programa, haja visto, que alguns chegam a uma carga horária extenuante de aproximadamente sessenta horas semanais na docência, que consequentemente muitas vezes acarretam prejuízo em seu desempenho no decorrer do curso.

**Bibliografia**

**ABDALLA**, Maria de Fátima Barbosa. Reformas em Movimento: Desafios, Tensões e possibilidades de mudança para implementar a política de formação de professores da educação básica (PARFOR). In: **III Seminário de Educação Brasileira – Plano Nacional de Educação: Questões desafiadoras e embates emblemáticos**, 1., 2011, Campinas. **Anais...** Campinas: Centro de Estudos Educação e Sociedade (UNICAMP), 2011. p. 972-984. Disponível em: http://www.cedes.unicamp.br/seminario3/anais.pdf.

**BRASIL**. Ministério da Educação. Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009. Institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, disciplina a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES no fomento a programas de formação inicial e continuada, e dá outras providências. Brasília/DF: MEC, 2009a.

\_\_\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Plano Nacional de Formação de Profissionais da Educação Básica, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Disponível em:> http://www.capes.gov.br/educacao-basica/parfor?format=pdf. Acesso em: 10 ago. 2013.

\_\_\_\_\_\_\_. **Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília. 23 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/LEIS/L9394.htm>. Acesso em: 26 de Janeiro de 2015.

**SCHEIBE**, Leda. Valorização e formação dos professores para a educação básica: questões desafiadoras para um novo plano nacional de educação. **Educação e Sociedade**, Campinas, v.31, n. 112, p. 981 – 1000, jul. – set. 2010. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>.

SOUZA, Maria Irene P. O.; CACIONE, Cleusa Erilene S. **Relatório PARFOR/UEL.** Londrina, 2012.

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA**. Resolução CU 009/2011. Disponível em:>http://www.uel.br/programas/parfor/pdf/Resolucao\_cu\_009\_11\_regulamento\_parfor\_uel.pdf. Acesso em: 10 ago. 2013

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. Resolução 102/10. Disponível em: <http://www.uel.br/prograd/docs\_prograd/resolucoes/2010/resolucao\_102\_10.pdf. Acesso em: 10 ago. 2013

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. Resolução 112/11. Disponível em: <http://www.uel.br/prograd/docs\_prograd/resolucoes/2010/resolucao\_112\_11.pdf. acesso em: 10 Ago. 2013

1. Professor da rede Municipal de Educação de Cambé, Graduando do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Londrina (PARFOR). Contato: prof.junior8@gmail.com [↑](#footnote-ref-1)
2. Doutora em Educação. Docente do curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Londrina. Contato: marleideperrude@gmail.com [↑](#footnote-ref-2)
3. Pró-Letramento, Rede Nacional de Formação Continuada de Professores da Educação Básica, são exemplos de programas que representam e promovem um campo de constante debate. [↑](#footnote-ref-3)
4. **I. Licenciatura**– para docentes ou tradutores intérpretes de Libras em exercício na rede pública da educação básica que não tenham formação superior ou que, mesmo a tendo se disponham a realizar curso de licenciatura na etapa/disciplina em que atuam em sala de aula;

   **II. Segunda licenciatura**– para professores licenciados que estejam em exercício há pelo menos três anos na rede pública de educação básica e que trabalhem em área distinta da sua formação inicial, ou para profissionais licenciados que atuam como tradutor intérprete de Libras na rede pública de Educação Básica; e

   **III. Formação pedagógica**– para docentes ou tradutores intérpretes de Libras graduados não licenciados que se encontram no exercício da docência na rede pública da educação básica. [↑](#footnote-ref-4)
5. a) a Rede Nacional de Formação Continuada de Professores da Educação Básica; b) o Programa de Formação de Professores em Exercício/Proformação; c) o Proinfantil; d) a Pró-Licenciatura, Conferência Nacional de Educação Básica (CONEB, 2008), Conferência Nacional de Educação (CONAE, 2010), Plano Nacional de Educação (PNE,2010) [↑](#footnote-ref-5)